

CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
CTCOB
ATA DA 51ª REUNIÃO

Data: 31 de julho de 2007

Local: SRHU – Brasília

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: Rodrigo Speziali de Carvalho (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho- (giordanobruno@ana.gov.br)
- Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid (educa@sede.embrapa)
- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho- (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Gualter Carvalho Mendes- Conselheiro- (gualtermendes@mme.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional- Paulo Roberto Soares Junior- (paulorsjunior@yahoo.com.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais- Robson Monteiro dos Santos- (rmonteiro@hotmail.com)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso- ausente
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- SP/RJ- Eliseu Itiro Ayabe- (eayabe@sp.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Valeria Almeida Lopes de Faria- (vfaria@cemig.com.br)
- Irrigantes- Jairo dos Santos Lousa – Conselheiro- (jairolousa@yahoo.com.br)
- Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Walder Suriani – Conselheiro- (aesbe@aesbe.org.br)
- Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho- (azefilho@hotmail.com)
- Usuário/Indústria: Patricia H.G. Boson- Conselheira- (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas- Ausente
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ausente
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Ausente

DEMAIS PRESENTES:

- Roberto Alves Monteiro- SRU- (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Luiz Fernando de Arruda Gonçalves- COPEL- luiz.goncalves@copel.com
- Christian André Haddad Govastki- (MME)- (christian.gowastki@mma.gov.br)
- João Damasio-(GERI/UFBA)- (damasio56@gmail.com)
- Gustavo Ferreira Bechelany- SAF-SRI Presidencia da Republica- (gustavo.bechelany@palnato.gov.br)
- Thais Chueira- (PATRI) (thais.chueira@patri.com.br)
- Tulio Dias Brito- CNA- (tulio.brito@cna.org.br)
- Denise Seabra- CEF- (denise.seabra@caixa.gov.br)

▪ **RELATORIA:**

1
2 ■ **Ednaldo Mesquita Carvalho** - SRHU/MMA - Tel.: (61) 3410-2082
3 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
4

5
6 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**
7

8 No dia 31 de julho do ano dois mil e sete, com início às 10h00, a Câmara Técnica de Cobrança
9 pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
10 realizou sua 51ª reunião em Brasília, convocada há doze dias, tendo como presidente, o **Sr.**
11 **Rodrigo Speziali de Carvalho** - (SRU/MMA) e como relator, o senhor **Ednaldo Mesquita**
12 **Carvalho** - (SRHU/MMA) com a presença de 13 dos seus membros e 8 convidados. [Item 1 -](#)
13 [Informes e aprovação da Ata da 50ª reunião da CTCOB](#). Inicialmente, foi lida e comentada a
14 pauta da reunião, em seguida, foi aprovada a ata da 50ª reunião da CTCOB, com algumas
15 alterações propostas, principalmente, pelo Sr. Giordano Bruno, relacionadas às falas do Sr.
16 Patrick Thomas, da ANA. Foi informado, ainda, sobre a realização nos dias 16 a 18 de outubro
17 de 2007, do I Encontro Nacional de Colegiados Ambientais - I ENCA, uma realização do
18 CONAMA, em parceria com o CNRH e o CGEN-Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.
19 O objetivo do encontro será propiciar uma oportunidade de intercâmbio de experiências e de
20 debate sobre a participação social na gestão ambiental, além de fomentar o diálogo sobre
21 articulação entre colegiados da área ambiental. O presidente da CTCOB informou sobre o ofício
22 circular (**CÓPIA ANEXA**) que trata da cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Pequenas
23 Centrais Hidrelétricas – PCHs, enviado à ANA, ANEEL e MME. Sobre este tema, o Conselheiro
24 **Sr. Jairo Lousa** - (Irrigantes) opinou que as PCHs deveriam sim, como os demais usuários
25 pagar pelo uso da água. A **Sra. Valéria A. Faria** - (Concessionárias) ponderou que, no
26 momento, se discute no âmbito da ABRAGE a melhor forma de fazê-lo. O Conselheiro **Sr.**
27 **Gualter C. Mendes** - (MME) ponderou que o ambiente está conturbado e entende que o
28 caminho ideal será o de corrigir a Lei 9.984 que criou a ANA. Sugeriu inclusive que as
29 Consultorias Jurídicas fossem orientadas e demandas para a busca da melhor maneira de se
30 alterar o Artigo 28 da Lei 9.984, de julho de 2000. Informou que há uma minuta de decreto,
31 sendo proposto em tramitação. A **Sra. Patrícia Bóson** - (Indústria) também confirmou a
32 existência de uma minuta de decreto e que este, se avançar, poderá substanciar ou subsidiar uma
33 possível solução para que os recursos oriundos sejam repassados integralmente à ANA, sendo
34 inclusive apropriados a uma outra rubrica que não seja a fonte 134. O **Sr. Rodrigo Speziali-**
35 **(SRHU)** disse ter informações que a ANEEL e a ANA já estão conversando a respeito, na
36 tentativa de resolver o impasse que está hoje existindo com respeito ao Artigo 28 da Lei
37 9.984/2000. Esclareceu, ainda, que tudo é decorrente de legislações anteriores que isentam as
38 PCHs do pagamento da compensação financeira, como o 0,75% inserido como forma de
39 pagamento pelo uso da água do setor elétrico está colocado em artigo da Lei 9.984 que trata da
40 compensação financeira, conseqüentemente as PCHs estariam isentas deste pagamento. A
41 **Conselheira Patrícia Bóson** - (Indústria) comentou que continua havendo falta de vontade
42 política para o equacionamento de problemas como este, diretamente relacionado à
43 implementação da política de recursos hídricos de maneira geral. Por oportuno registrou suas
44 preocupações com os retrocessos recorrentes da máquina pública, como o que ocorreu
45 recentemente com a transformação da SRH em um departamento de uma nova secretaria
46 denominada - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU. Alertou a
47 Conselheira que simultaneamente nos estados está já ocorrendo o mesmo com fusões dos órgãos
48 que tratam das questões ambientais com os órgãos de recursos hídricos. Registrou que a
49 representação da Indústria tem faltado às diversas reuniões já ocorridas, devido ao desânimo e
50 descrédito. Mencionou que o governo não acredita e não tem ajudado o Sistema, não existem leis
51 e nem decretos que ajudam na solução dos problemas, alguns relacionados até à regulamentação
52 de leis já sancionadas. Solicitou à ABRH que, no seu tradicional evento a ser realizado no final

do ano, sejam discutidos os rumos do próprio Sistema. Disse que algo maior deveria ser feito pelo CNRH, demonstrando o estado em que se encontra o retrocesso na Implementação da Política de Recursos Hídricos. Finalizou, dizendo que o único sucesso da política de Recursos Hídricos foi a criação da ANA, “se não existisse a ANA estaria tudo parado nestes 10 anos da política decorrente da Lei 9.433”, concluiu a conselheira. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho - (Pescadores, lazer e turismo)** – Lembrou que quando do início da implementação da cobrança em alguns comitês, ele tinha receio de se está criando o mercado das águas, hoje, seu medo maior é que a cobrança vire mais um imposto ou taxa. Mencionou que, com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, está propondo na CTIL três moções para lembrar ao governo sobre a importância da política de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. O **Conselheiro Gualter C. Mendes - (MME)** voltou a insistir que, como o setor de Recursos Hídricos foi responsável pela aprovação da Lei 9.984, deveria ser o próprio setor o responsável pelas alterações na atual legislação. O **Sr. Roberto Monteiro- (SRHU)**- Sugeriu modificações na própria lei que isentou as PCHs do pagamento da compensação financeira, agregando a necessidade de pagamento pelo uso da água. Como encaminhamento, foi sugerido pelo presidente da CTCOB, Sr. Rodrigo Speziali, seria aguardado até a próxima reunião algum retorno ao ofício 58/CNRH/SRU de 25/07/07, não havendo manifestação, seria estudada uma nova estratégia. Foi solicitado aos representantes das “Geradoras”, Sra. Valéria e Sr. Luiz Fernando, que na próxima reunião trouxessem maiores esclarecimentos e, se possível, os avanços já obtidos pela ABRAGE sobre o assunto. Devido à presença de um representante do Sr. Adailton Ferreira Trindade, da Caixa Econômica Federal,- CEF, no caso a Sra. Denise Seabra, foi proposto pelo Presidente da CTCOB uma inversão de pauta que foi aceita pelos presentes. Item 3 - Ação prioritária do Plano Anual CTCOB - Reforço das Garantias do Retorno dos Recursos da Cobrança Pelo Uso da Água / Marco Regulatório (segurança jurídica) da Cobrança (fonte 116); “Proposta de antecipação dos recursos da cobrança pelo uso da água para acelerar o processo de despoluição nas bacias hidrográficas”. Posicionamento do representante da CEF, Sr. Adailton Ferreira Trindade.- Inicialmente, o **Sr. Rodrigo Speziali- (SRHU)** informou que, relacionado a aquele tema o Presidente do CEIVAP, Sr. Paulo Teodoro encaminhou ofício nº 012/2007/PRES/CEIVAP, no qual é solicitado contribuição para os trabalhos, com o objetivo de estudar a possibilidade da utilização dos recursos da cobrança como garantia de recebíveis para alavancar financiamentos que permitam a antecipação de recursos financeiros da cobrança. Sobre o assunto, e com o impedimento do Sr. Adailton a **Sra. Denise Seabra (CEF)**, que é Gerente de Produto da CEF, informou que a Caixa foi contactada pelo Consórcio PCJ, na busca ou tentativa de também antecipar os recursos da cobrança através de financiamentos da Caixa. A CEF já está tentando a criação de um produto que consiga fazer a alavancagem pretendida para uma expectativa de obtenção de até R\$100 milhões de reais. Disse ainda, que alguns pontos críticos já foram identificados: - 1- Viabilização jurídica, ou engenharia jurídica, para que este volume de recursos seja antecipado. 2- Viabilidade financeira, ou engenharia financeira. Ponderou que, havendo viabilidade jurídica, a financeira será mais fácil de ser obtida, anunciou que já havia uma equipe técnica estudando uma proposta que será levada ao comitê para aprovação. Após estes esclarecimentos, a Sra Denise se dispôs a responder perguntas. O **Sr. Wilson Azevedo- (Pescadores, lazer e turismo)** perguntou se o objetivo de tudo era o de alavancagem de recursos, na forma de empréstimos ou antecipação de recursos da cobrança mediante empréstimos. Em resposta, o **Sr. Rodrigo Speziali- (SRHU)** disse que o que se propõe é algo antigo e já discutido anteriormente com o BIRD e BID, o próprio consórcio PCJ há tempos fez, inclusive, uma carta consulta. O mesmo consórcio, no momento, está pedindo apoio técnico da CTCOB para esta finalidade. O **Sr. Eliseu I. Ayabe- (CERH/SP)** solicitou informações sobre alternativas possíveis para a obtenção do sucesso, e ainda: “os comitês não têm personalidade jurídica, portanto que seria o responsável pelo empréstimo”. A Sra. Denise Seabra (CEF) voltou a insistir que no momento o importante são os estudos para se chegar à melhor engenharia jurídica e financeira, estudos estes que venham dar a segurança necessária para as operações. O **Conselheiro Jairo Lousa – (Irrigantes)** concorda

1 que a idéia é antiga, mas entende que há necessidade, para se obter sucesso, que o sistema esteja
2 consolidado e maduro, vendo nestes pontos a maior dificuldade, “estamos querendo colher antes
3 de plantar”. O **Conselheiro Walder Suriani - (Prestadoras)** também concorda que a engenharia
4 jurídica e financeira é o principal, mas vê grandes problemas para se encontrar a melhor solução,
5 sugeriu não avançar ou precipitar muito. A **Sra. Denise Seabra - (CEF)** respondeu que,
6 naturalmente, a CEF é conservadora, não devendo divulgar nada antes que os estudos estejam, de
7 fato, mais avançados ou concluídos. Como a área que está tratando o assunto na CEF é a de
8 Crédito, eles têm interesse na busca de soluções rápidas, sem esquecer a segurança jurídica. A
9 **Conselheira Patrícia Bóson - (Indústria)** lembrou que o seu setor tem um programa
10 denominado “Produção mais Limpa”. Consultores vão aos estabelecimentos para estudar o
11 aprimoramento de métodos que levem à produção mais limpa, o problema, ponderou a
12 Conselheira, é que muitas vezes não existem os recursos necessários para as adaptações a serem
13 feitas. Sugeriu o estudo de possibilidades para a viabilização destes empreendimentos. A **Sra.**
14 **Valéria Faria - (Concessionárias)** lembrou que há diferenças em empréstimos para empresas
15 públicas e privadas, e concluiu: “Como hoje os recursos são repassados a fundo perdido para
16 empresas públicas, como se pretende utilizar estes recursos na forma de empréstimos?” A **Sra.**
17 **Denise Seabra - (CEF)** disse que a CEF já trabalha com a utilização para empréstimos de
18 recursos de fundos como os do FGTS e FAT. A primeira pergunta que se faz é “quanto custa?”,
19 da mesma forma, os recursos da cobrança teriam o seu custo. O que se pretende é dar
20 atratividade para o produto a ser criado não só para o setor público, mas também para o setor
21 privado. O **Sr. Wilson Azevedo - (Pescadores, lazer e turismo)** realçou que a CEF, como
22 qualquer outro agente financeiro, visa o lucro. Alertou o **conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes)**
23 que deveria ser papel da ANA este tipo de negociação direta com a CEF e não papel dos
24 Comitês, entende o Conselheiro ser mais seguro, caso contrário, quem vai pagar a conta serão
25 aqueles que já pagam pela água. A **Sra. Denise Seabra - (CEF)** disse que, no momento, não
26 estão descartando nenhuma hipótese, inclusive essa que envolve a ANA. O **Sr. Rodrigo Speziali**
27 **(SRHU)** lembrou que a grande vantagem da instituição é que ela está com muita experiência
28 acumulada sobre este tema, ou seja: utilização de recursos de fundos para financiamentos a
29 instituições. Já há uma equipe, trabalhando com uma previsão de gastar de seis meses a um ano
30 para concluir estes estudos. Ponderou que o instrumento contrato de gestão deverá ser a
31 ferramenta a ser utilizada para formalizar os entendimentos. Complementando, a **Sra. Denise**
32 **Seabra - (CEF)** disse que a CEF está se debruçando nos estudos porque achar que vale a pena a
33 dedicação, porque não vale a pena serem levianos, precipitando a apresentação de soluções. Com
34 estas palavras, a representante da CEF pediu licença para deixar a reunião e se comprometeu a
35 voltar à CTCOB tão logo os estudos sejam concluídos. Em seguida, foi lido pelo Presidente da
36 CT, o ofício circular n.º 04/2007 do Comitê de Bacia do Rio Doce MG/ES de 04/04/07
37 endereçado à Sra. Ministra Marina Silva, encaminhando a moção CBH-DOCE 01/2007 que trata,
38 basicamente, de uma recomendação para o imediato cumprimento da Lei 9.984/2110,
39 “especialmente no que tange ao repasse dos recursos financeiros provenientes do setor elétrico”.
40 A moção foi elogiada por todos, pelo fato que era a primeira vez que os comitês manifestavam
41 seu descontentamento. Foi alertado pelo **Conselheiro Gualter - (MME)** sobre um problema no
42 conteúdo da moção que generaliza o contingenciamento sobre todos os recursos da compensação
43 financeira do setor elétrico, o que não procede, é um erro conceitual. Foi sugerido que a CT
44 fizesse uma correspondência, alertando para este fato. Após esclarecimentos fornecidos pela
45 Conselheira Patrícia Bóson e Sra. Valéria Faria, foi recomendado, como encaminhamento, que a
46 CTCOB não se manifestasse ainda e aguardasse esclarecimentos que a Conselheira Patrícia
47 Bóson se dispôs a fazer após ouvir representantes do comitê. A primeira parte da reunião foi
48 encerrada, com a comunicação pelo Presidente da CTCOB, **Sr. Rodrigo Speziali - (SRHU)**, que
49 o seminário previsto para acontecer no mês de setembro, no Rio de Janeiro/FIRJAN seria adiado.
50 Os motivos para o adiamento foram devidos a não confirmação de apoio por parte do Jornal
51 Valor Econômico . Item 4 – Apresentação, por parte do Sr. Almir Cirilo (ou substituto) sobre
52 “Ações do CTHIDRO, voltadas à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, projetos em

[desenvolvimento, projetos concluídos e em conclusão](#)”; O Prof. Almir Cirilo foi representado pela Secretária Técnica do CT_HIDRO **Sra. Maria de Lourdes Cardoso dos Santos – (CT-HIDRO)**. Para a representante do CT-HIDRO, o fundo é utilizado, de forma prioritária, para projetos voltados aos instrumentos de gestão da política de recursos hídricos. Até o momento, foram publicados três editais focados naqueles instrumentos, sendo 30 projetos aprovados, relacionados à cobrança com montante de 6 milhões de reais. No próximo mês, um novo edital será lançado pela Finep, focado em três instrumentos: Outorga, Cobrança e Enquadramento. Foi anunciado, pela Secretária, que o CT-HIDRO pretende disponibilizar os resultados, foi dito que, possivelmente, um livro será publicado. Foi ainda informado que através do CT-HIDRO foram financiados 1.300 projetos, os assuntos e temas foram os mais variados, inclusive, foi mencionado que uma moção do CNRH foi recebida e utilizada. A Sra. Maria de Lourdes comentou que as sugestões da Cts do CNRH são muito bem vindas e poderão integrar futuros editais. Iniciados os debates, o **Sr. Túlio Dias Brito – (CNA)** pediu explicações sobre a expressão “Edital Universal”. A **Sra. Maria de Lourdes – (CT-HIDRO)** explicou que são editais lançados pelo CNPQ que podem financiar projetos voltados a recursos hídricos e que, proximamente, serão alocados ao CNPQ 5 milhões de reais para esta finalidade. Por oportuno, foi explicado que todos os fundos setoriais ficam no MCT, mas o Ministério não os operacionalizam, as agências CNPQ e FINEP é que o fazem. O **Sr. Ednaldo M. Carvalho - (SRHU/MMA)** perguntou a respeito da incidência de contingenciamento sobre estes recursos da compensação financeira do Setor Elétrico que são utilizados pelo CT-HIDRO. Foi dito que, nos anos 2003 e 2004 houve muito problema, mas após visita do próprio Ministro ao presidente Lula, nos anos 2005 e 2006, o contingenciamento não mais ocorreu. O **Sr. Eliseu I. Ayabe – (CERH/SP)** perguntou a respeito da divulgação dos resultados. Como já comentado anteriormente, a disponibilização dos resultados será breve, está sendo concluído um cadastro de todos os projetos, contendo objetivo, valores e resultados desde 2001. Sobre o processo e critérios para a eleição de prioridades, foi dito que há um comitê gestor que delibera sobre os assuntos a serem apoiados. Neste comitê gestor existem representantes dos Ministérios MME, MMA- (ANA e SRHU), MI. As sugestões de linhas de pesquisa são encaminhadas, levadas eleitas pelos membros do Comitê Gestor, há inclusive a possibilidade da própria CTCOB sugerir linhas de pesquisa. O **Conselheiro Jairo Lousa – (Irrigantes)** – Demonstrou sua satisfação com o que estava ouvindo e perguntou se há possibilidade de uma pessoa física vir a utilizar os recursos do CT-HIDRO. Foi dito que, dependendo do edital, ele é aberto a todos os públicos, como por exemplo o edital que tratava do uso da água na agricultura, cujas possibilidades de obtenção de apoio para projetos foi feita de forma aberta e ampla. A **Sra. Valéria A. Faria – (Concessionárias)** perguntou sobre a relação existente entre o CT-HIDRO e o FNDCT e se os valores correspondentes aos 4% da compensação financeira são repassados integralmente. Foi respondido pela **Sra. Maria de Lourdes – (CT-HIDRO)** que todos os recursos dos diversos fundos setoriais vão para o FNDCT, inclusive aqueles referentes aos 4% da compensação financeira. Outra pergunta feita foi relacionada a o que vem a ser “edital encomenda”. Foi explicado que, em casos de só haver um pesquisador tratando de um determinado tema, é feito uma encomenda diretamente a aquele pesquisador. O **Sr. Rodrigo Speziali – (SRHU)** perguntou se haveria possibilidade do CT-HIDRO apoiar eventos promovidos pela CTCOB, como uma reunião onde seriam convidados todos os demais coordenadores de projetos relacionados à Cobrança. Foi dito que o CT-HIDRO pode sim apoiar estes eventos, desde que a solicitação seja feita com a devida antecedência. Há possibilidade, inclusive, de novamente ser lançado um edital para eventos e visitas técnicas, como ocorreu no ano passado. Após efetuados os agradecimentos à Sra. Maria de Lourdes-CT-HIDRO, foi iniciado o item 5 da pauta. [Item 5 - Apresentação por parte do Prof João Damásio de Oliveira - UFBA sobre “Efeito da cobrança do recurso água sobre agregados da economia brasileira](#). O **Prof. João Damásio** é engenheiro e economista, trabalha na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e é Coordenador-Geral do Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais- GERI. É coordenador da pesquisa em questão que recebeu recursos no valor de R\$ 650.000,00 para desenvolvê-la juntamente com sua equipe. Após apresentação que

1 se encontra anexa a esta ata, disponível no site do CNRH, foram possíveis o debate e pedidos de
2 esclarecimentos. Entre outras perguntas, o **Sr. Jairo Lousa – (Irrigantes)** questionou se após
3 conclusão da pesquisa foi possível responder se a cobrança impacta ou não os usuários
4 pagadores. O **Prof. João Damásio – (UFBA)** disse que sim, principalmente, aqueles setores
5 como a agricultura que não tem “gorduras” por não poder repassar para o preço final dos seus
6 produtos os custos decorrentes da cobrança. Foi dito que parecia que a idéia dos legisladores que
7 introduziram a cobrança na legislação, era que não houvesse impacto em nenhum dos setores
8 usuários maneira geral, os debates foram, principalmente, em torno da aplicabilidade ou não dos
9 trabalhos desenvolvidos. Todos foram unânimes em dizer que sim. Há, até mesmo, intenção de
10 serem desenvolvidos sistemas que venham a facilitar a tomada de decisão dos comitês em termos
11 de qual modelo de cobrança adotar na respectiva bacia. Foi enfatizada pelo pesquisador a
12 importância do cadastro em pesquisas como aquela. No momento, pode-se afirmar que
13 houveram avanços nos cadastros atuais, mas ainda existem imperfeições. A **Conselheira**
14 **Patrícia Boson – (Indústria)** achava importante que a CTCOB desse seu apoio ao Prof. João
15 Damásio e equipe para que pudesse, sim, ser desenvolvida a ferramenta anunciada que auxiliaria
16 os Comitês na tomada de decisão sobre que modelo de cobrança adotar. Recomendou que este
17 tema fosse colocado para o CT-HIDRO como proposta da CTCOB. Encerrados os debates, o **Sr.**
18 **Rodrigo Speziali - (SRHU)** agradeceu a presença do Professor João Damásio e demais
19 membros e convidados da CTCOB. Em seguida encerrou a reunião às 17h20.

20
21 Ata aprovada na 52ª Reunião da CTCOB, realizada no dia 29 de agosto de 2007.

22
23
24 **Rodrigo Speziali de Carvalho**
25 Presidente da CTCOB

24 **Ednaldo Mesquita Carvalho**
25 Relator da CTCOB